

Projeto de conversão pode alterar o pacote ecológico

Odacir Soares, presidente da comissão que analisa medida provisória, anuncia a elaboração de proposta a ser levada ao plenário do Congresso Nacional no dia 23



A comissão especial de senadores aprecia as emendas ao projeto que institui o Código de Trânsito

COMISSÃO APROVA EMENDAS AO CÓDIGO DE TRÂNSITO

A Comissão Especial do Código de Trânsito Brasileiro, presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), aprovou, na manhã de ontem, parecer favorável do relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), a 66 emendas apresentadas em plenário ao substitutivo do projeto da Câmara dos Deputados. Foram incorporadas ainda ao substitutivo mais cinco emendas, com a aprovação de requerimentos de destaques apresentados pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), quatro emendas, e Sérgio Machado (PSDB-CE), uma. A matéria será submetida agora ao plenário do Senado, para votação em turno suplementar, o

que, na previsão de Francelino Pereira, deverá acontecer até o final do mês.

Se aprovado o substitutivo, a proposição retornará à apreciação da Câmara dos Deputados. Para o senador mineiro, o número de emendas oferecidas em plenário, no total de 212, demonstra a participação popular durante a tramitação do projeto na Casa, mobilizando grande número de senadores para que o código seja aperfeiçoado e "enseje uma nova cultura de comportamento no Brasil".

Uma das emendas destacadas por Camata propõe a inclusão, no Conselho Nacional de Trânsito, de um representante da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA). O

senador capixaba explicou que a entidade reúne os mais renomados engenheiros especializados em veículos e engenharia viária, e por isso não poderia ficar ausente às discussões sobre o assunto.

Já o senador Sérgio Machado propôs modificações relativas aos testes de alcoolemia, excluindo a expressão "com vítima", a fim de que o teste possa ser realizado em razão de qualquer acidente, independentemente de existência ou não de vítimas. Assim, todo condutor de veículo envolvido em acidente ou atitude suspeita, conforme a emenda, poderá ser submetido ao exame de consumo de álcool, justificou o vice-líder do governo no Senado.

Um projeto de conversão com o objetivo de alterar o chamado "pacote ecológico" já está sendo elaborado e deve ser levado ao plenário do Congresso Nacional no dia 23. A informação foi transmitida ontem pelo senador Odacir Soares, presidente da comissão mista que analisa a Medida Provisória nº 1.511, que compõe o "pacote". Odacir anunciou também que os membros da comissão terão uma audiência com o presidente da República na próxima semana para tratar do assunto. A comissão tomou ontem uma série de depoimentos sobre a MP. No plenário, ao analisar o "pacote", o senador Coutinho Jorge defendeu o manejo auto-sustentado da floresta e a criação de condições para que a madeira seja industrializada no País, e não na Europa. **Páginas 4 e 5**

Softwares terão proteção da Lei de Patentes

As mesmas regras que disciplinam a propriedade industrial serão estendidas aos softwares. **Página 7**

Aprovado projeto que regulamenta elaboração de leis

Proposta, que foi aprovada pelo plenário e retorna à Câmara, define técnicas legislativas. **Página 6**

Benedita propõe dedução no IR do empregador doméstico

Contribuições sociais e encargos trabalhistas pagos aos profissionais seriam compensados, de acordo com projeto de lei da senadora



Romeu Tuma

Onda de crimes abala São Paulo, denuncia Tuma

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) alertou ontem para os rumos da violência na cidade de São Paulo, onde no último fim de semana foram assassinadas 46 pessoas. Tuma leu trechos do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem, segundo o qual os crimes na cidade "já não têm a característica do latrocínio, do matar para roubar. São gratuitos - ou quando não, quando ao ato de roubar se associa a perversidade".

Conforme o senador, os crimes que abalaram São Paulo de sábado até segunda-feira não comoveram pelo número de vítimas, mas sim pela sua gratuidade. "Como afirma o editorial, não se mata para saziar a fome; mata-se para satisfazer a besta-fera reprimida dentro de muitos", disse Tuma.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou ontem projeto de lei que permite aos patrões de empregados domésticos deduzirem no Imposto de Renda as despesas realizadas com o recolhimento das contribuições sociais e encargos trabalhistas pagos a esses profissionais. A senadora esclareceu que a medida proposta restabelece dispositivo que foi retirado do projeto de sua autoria que

garante direitos trabalhistas aos empregados domésticos, aprovado recentemente pelo Senado.

A proposição tem dois objetivos: em primeiro lugar, viabilizar a formalização das relações de trabalho doméstico e, por consequência, assegurar a esses segmentos a concessão de benefícios que ao longo dos anos lhes têm sido negados. Em segundo lugar, propiciar aos

empregadores, que, não dispoem de elevado poder aquisitivo, ainda assim admitem profissionais domésticos, a necessária compensação do Estado - explicou.

Benedita ressaltou que esse projeto trata apenas dos encargos trabalhistas e contribuições sociais recolhidas aos cofres públicos, não contemplando as despesas com a remuneração direta do empregado.

Vale construirá usina no Pará para beneficiar ouro de Carajás

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) comunicou ontem ao plenário que a Cia. Vale do Rio Doce decidiu construir no próprio estado do Pará a usina que irá aproveitar o cobre e o ouro da mina de Salobo, da região de Carajás. Lembrou que havia a possibilidade de se beneficiarem os minérios fora do Pará e que a empresa optou pela usina no estado depois de intensa mobilização das lideranças para-

enses.

A companhia, no entanto, ainda não definiu se a usina ficará no município de Paraopebas, onde se localizam as unidades do Projeto Carajás, ou no município de Marabá, em cujo território está a mina de Salobo. Ademir Andrade defende a construção da usina em Marabá, uma forma de desen-



Ademir Andrade

volver todo o sul do Pará. Informou que 17 deputados federais e dois senadores assinaram documento, com apoio do governador do Pará, mostrando à direção da CVRD a importância de se construir a usina fora da área do Projeto Carajás. O investimento será de R\$ 1,5 bilhão.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h50 - Recebe o ex-ministro Aluizio Alves.

10h - Preside reunião da Comissão Diretora.

12h15 - Recebe o embaixador Rubens Barbosa.

14h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado.

PLENÁRIO

14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 58/96, que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação.

18h30 - Sessão Solene

Pauta: Promulgação da Emenda Constitucional nº 12/96, que dispõe sobre a contribuição para o financiamento das ações e serviços de saúde.

COMISSÕES

9h - Comissão Mista da MP nº 1.511/96, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste

Pauta: pela manhã - depoimentos dos governadores do Acre, Orleir Cameli, do Amapá, João Capiberibe; e do Amazonas, Amazonino Mendes; à tarde - depoimentos dos governadores do Pará, Almir Gabriel; e de Roraima, Neudo Campos. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Mista da MP nº 1.477-26/96, que trata das mensalidades escolares

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 18/95 (terminativo), que inclui a disciplina "História e Cultura da África" nos currículos que especifica. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, entre elas o *PDL nº 38/96, que aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento e Utilização de Meios de Rastreamento e de Telemetria situados em Território Brasileiro, celebrado entre o Brasil e a Agência Espacial Européia, em Paris, em 03.05.94. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 132/96 (terminativo), que proíbe as Instituições financeiras beneficiárias de recursos oriundos do Proer de demitir pessoal sem justa causa. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: *Requerimento do senador Jäder Barbalho solicitando ao ministro dos Transportes informações sobre convênio entre o DNER e a Secretaria de Transportes do Pará. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.



Gerson Camata



Antonio Carlos Magalhães



Ramez Tebet



José Ignácio

Senado aprova renovação de concessões à TV Globo

Influência da televisão sobre a sociedade e instalação do Conselho de Comunicação Social geram debate em plenário. PT se abstém de votar a matéria

O plenário do Senado aprovou ontem a renovação de concessões à TV Globo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e à Rádio FM Villa do Conde, em Olinda (PE), para exploração de serviços de radiodifusão. No debate que antecedeu a votação, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que votava tranquilamente em favor dessas concessões, sobretudo em razão da qualidade técnica e profissional da TV Globo, mas lamentou que, numa decisão como essa, o papel do Senado se resume a deliberar sobre a outorga de exploração desses serviços.

O papel do Senado, em termos de televisão, devia ser muito mais profundo, de muito maior responsabilidade, visto que a televisão é uma grande formadora de opinião pública - argumentou o senador. Ele disse que, enquanto discute regras para a organização da família, da religião e da escola, o Senado esquece que nenhuma dessas instituições tem a penetração e a influência que a televisão exerce no Brasil. "O Congresso Nacional deveria debater essas questões. Tínhamos que ter uma instituição composta pelo conjunto da sociedade, porque a televisão é um veículo que influencia 80% da opinião pública", afirmou Simon.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) comentou que o aspecto mais polêmico na influência da televisão sobre a opinião pública é seu caráter contraditório, que ocorre em todo

o mundo. Ao mesmo tempo em que impõe uma cultura do centro para as periferias, explicou ele, a televisão promove uma agregação cultural. Em sua opinião, sem a tevê, a morte de Tancredo Neves não teria gerado a comoção nacional que gerou. Távola pregou a necessidade de instalação do Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição para auxiliar o Congresso como órgão regulador de uma política de comunicação.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu que a Casa aprovasse um voto de aplauso à TV Globo por elevar o nome do Brasil no exterior e estar entre as melhores televisões do mundo. "É um orgulho para o Brasil renovar essa concessão, orgulho pela atuação de uma televisão que prima pela qualidade e pela competência", disse. Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Iris Rezende

(PMDB-GO) e Gerson Camata (PMDB-ES) também se manifestaram pela renovação da concessão à TV Globo, congratulando ainda a Mesa Diretora por ter colocado no ar a Rádio e a TV Senado.

Defensor da instalação do Conselho de Comunicação Social, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também elogiou a televisão brasileira e a qualidade profissional oferecida pela TV Globo na exportação de produções culturais para o mundo. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que essa televisão é um exemplo de sucesso que extravasa as fronteiras do Brasil, mas ressaltou que uma série de ajustes precisa ser feita, já que a organização de grandes redes de comunicação impõe a culturas regionais costumes totalmente alienígenas.

Explicando que não estava em discussão a capacidade técnica e profissional da TV Globo, o líder do PT, José Eduar-

do Dutra (SE), afirmou que seu partido se abstinha de aprovar renovação tanto para essa emissora quanto para qualquer outra, a fim de contestar a não-aplicação da lei que, em 1991, criou o Conselho de Comunicação Social. Conforme Dutra, o conselho até hoje não foi instalado por falta de vontade da maioria das lideranças, que não indicaram seus membros para esse órgão. Na ocasião, o senador Júlio Campos (PFL-MT), então na presidência da sessão, disse que o PSDB, o PT, o PSL e a liderança do governo já fizeram indicações.

Roberto Requião questionou a eficácia de um conselho desses para regulamentar a programação dos meios de comunicação. "Tenho dúvidas sobre um *soviet* de jornalistas, marinheiros, soldados e operários para regular isso. Não vejo como e por que um conselho dessa natureza seria mais eficiente que um conjunto de 81 senadores, que representam algumas dezenas de milhares de votos populares", argumentou. Ele disse que o Senado deveria se preocupar mais em multiplicar os canais de televisão e regulamentar as rádios piratas, ampliando o espaço de competição nos meios de comunicação social. Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e José Ignácio Ferreira disseram que o Brasil não pode continuar sem cumprir o preceito constitucional sobre o Conselho de Comunicação.



Artur da Távola



Eduardo Suplicy



Esperidião Amin

Coutinho quer revisar MP sobre Amazônia

Para senador, o importante é o manejo auto-sustentado da floresta e a criação de condições para que a madeira seja industrializada no País, e não na Europa

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) afirmou ontem, em pronunciamento, que a recente medida provisória e o decreto que criaram o chamado pacote ecológico "precisam de correção". Para ele, o governo não ouviu a sociedade e decidiu limitar a exploração da floresta amazônica e a exportação de madeiras, esquecendo-se de que o importante é o manejo auto-sustentado da floresta.

- Só proibir não é solução. Devem ser criadas condições para exploração auto-sustentada da

floresta. É preciso criar condições para que o uso da madeira seja verticalizado, ou seja, devemos industrializá-la, evitando que isso seja feito na Europa - disse.

Na opinião de Coutinho Jorge, a destinação de 80% da área das propriedades para reserva florestal (antes eram 50%) "é questionável" e inviabiliza principalmente as pequenas e médias propriedades. "Infelizmente o Brasil não tem uma política florestal. O governo tem de realizar o zoneamento ecológico da Ama-



Coutinho Jorge

zônia, para que se possa saber em quais áreas se poderá plantar e quais de-

vem ser preservadas. A medida provisória ignorou o zoneamento".

Apesar de reconhecer que "alguma medida deveria ser tomada", Coutinho Jorge acredita que a medida provisória e o decreto do "pacote ecológico" buscaram acima de tudo "mostrar que o governo está atento aos problemas da Amazônia". Para ele, "a intenção do governo foi boa, mas a forma foi equivocada", desconsiderando propostas importantes, como a recuperação de áreas degradadas e a opção por microbacias.



Flaviano Melo

Flaviano: Acordo permite asfaltar rodovias no Acre

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) comunicou ontem ao plenário que o Ibama chegou a um acordo com promotores e representantes do governo do Acre sobre o asfaltamento da BR-317 e da 364, embargado pela Justiça por causa do impacto sobre o meio ambiente.

Agora, com o governo do estado se comprometendo a cumprir vários requisitos, as obras poderão continuar, beneficiando 95% dos municípios do Acre, disse ele.

Lucena insiste na transposição das águas do rio São Francisco

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) lamentou ontem que o projeto de transposição das águas do rio São Francisco não tenha sido incluído no Plano de Metas lançado pelo governo federal na semana passada, apesar de já terem sido destinados R\$ 10 milhões do Orçamento Geral da União para as obras.

- É preciso agir agora, através de uma obra estruturadora, em vez de esperar que uma nova seca catalise ações emergenciais de alto custo econômico e social para a Nação e, em especial, para o Nordeste - frisou.

Humberto Lucena dis-

se que o objetivo do projeto é beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas, com saneamento básico, produção agrícola e manutenção dos rebanhos. Segundo ele, a transposição viabiliza uma melhor operação dos açudes e ganhos expressivos de águas nas próprias bacias receptoras e induzirá um melhor gerenciamento dos recursos hídricos dos estados.

O senador informou que foi criado um grupo de trabalho governamental, coordenado pela Secretaria



Humberto Lucena

Especial de Políticas Regionais, que recomendou uma reavaliação do projeto básico, iniciado em 1994. O grupo sugeriu a redução da vazão para 60 metros cúbicos por segundo e a elaboração de estudos de impacto ambiental, considerando as bacias doadora e receptoras.

Pacote ecológico terá projeto de conversão

Depoentes criticam medida provisória que trata de reserva florestal na Amazônia. Senador Odacir Soares anuncia alterações e debate com o presidente da República

O senador Odacir Soares (PFL-RO), presidente da comissão mista que analisa a medida provisória que institui o chamado "pacote ecológico", disse ontem que um projeto de lei de conversão já está sendo elaborado para ser levado pela comissão ao plenário do Congresso Nacional, no dia 23. O senador informou que na próxima semana a comissão irá ao Palácio do Planalto para discutir o assunto com o presidente da República.

A Medida Provisória 1.511, que aumentou de 50% para 80%, na Amazônia, a parte destinada a reserva florestal, de cada propriedade, começou a ser debatida ontem na comissão mista. Pela manhã, foram ouvidos o representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Assuero Doza Veronez, que é também presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre; o secretário-executivo do Ministério da Reforma Agrária, Marcos Correia Lins, representando o ministro; e o governador de Rondônia, Valdir Raup.



O governador de Rondônia (E) depõe na comissão mista presidida por Odacir Soares (C)

O representante da CNA propôs a revogação daquele dispositivo da medida provisória, que, conforme disse, prejudica os pequenos e médios agricultores da Amazônia. O governador de Rondônia fez um apelo no sentido de que a comissão procure sensibilizar o governo federal para que seja encontrada uma solução satisfatória em benefício da região e dos cerca de 2 milhões de habitantes de seu estado. Já o secretário-executivo do Ministério da Refor-

ma Agrária disse que a medida não afetou e nem afetará a política do governo para o setor.

Para Odacir Soares, "os projetos de assentamento e de colonização que o Incra vem desenvolvendo na região amazônica não serão afetados, porque, segundo as palavras do próprio ministro, isso inviabilizaria todo o programa de reforma agrária".

Odacir anunciou que hoje a comissão ouvirá os governadores Orleir Cameli, do Acre;

João Alberto Capiberibe, do Amapá; Amazonino Mendes, do Amazonas; Almir Gabriel, do Pará; e Neudo Campos, de Roraima. Na próxima quarta-feira (dia 21) serão ouvidos o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, o presidente do Ibama, Eduardo Martins, e o ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia. Conforme o senador, o encontro dos membros da comissão com o presidente da República será na manhã do dia 21, e no dia seguinte a comissão se reunirá para discutir o projeto de lei de conversão.

Também participaram da reunião da comissão mista os senadores Lúdio Coelho (PSDB-MS), vice-presidente, Ernandes Amorim (PMDB-RO), Marina Silva (PT-AC) e José Bianco (PFL-RO), e diversos deputados. Bianco disse que a medida provisória "causará grandes prejuízos aos nove estados da região". Ernandes Amorim afirmou que "a Amazônia não pode ficar sob o jugo de um governo que quer apenas defender interesses internacionais". Já Marina Silva salientou que "gestão ambiental na Amazônia, como pretende o governo, não pega porque o povo está morrendo de fome".

"DESMATAMENTO ESTÁ SOB CONTROLE"

O debate sobre a medida provisória do pacote ecológico prosseguiu no período da tarde, com a participação de Márcio Nogueira Barbosa, diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); Francisco Miguel de Lucena, diretor da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura); e de Roberto Paranhos, presidente da Associação dos Empresários da Amazônia. Os três depoentes foram unânimes em reconhecer que, com o "pacote ecológico" do governo, dos 457.307.200 hectares da região, somente

91.461.440 poderão ser trabalhados, e que a área atingida é de 50% do Brasil.

Os depoimentos colhidos na segunda parte da reunião, segundo o senador Odacir Soares, "serviram para mostrar que está absolutamente comprovado que o governo federal não tinha nenhuma urgência para baixar essa medida provisória, até porque os dados de que o governo dispõe são de 1994 e não evidenciam o crescimento vertiginoso do desmatamento da Amazônia".

- O processo de desflorestamento da região, segundo o próprio Inpe, é normal num

país em fase de crescimento e que se abre ao capital estrangeiro e à iniciativa privada - observou o senador.

Odacir Soares ressaltou que "hoje o índice de desmatamento da região atinge apenas 9% do território da Amazônia Legal, e os especialistas em assuntos amazônicos, considerando que a região é o maior celeiro de celulose do mundo, defendem um desflorestamento monitorado com um manejo florestal de até 30% de toda a Amazônia, incluindo-se culturas perenes como café, dendê, cacau e pupunha".

Senado veta decretos que reavaliam anistia a servidor

Para a senadora Emília Fernandes, autora da iniciativa, o Executivo exorbitou de seu poder de regulamentar ao sustar o programa de readmissão de servidores federais demitidos

Sebastião Rocha pede atenção ao problema do lixo



Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu a necessidade urgente de o governo e a sociedade civil definirem o que

fazer com os resíduos sólidos, pois, "do contrário, as gerações futuras serão forçadas a pagar custo muito alto para recuperar áreas degradadas e continuar produzindo os bens necessários à sobrevivência".

"O Brasil age como o faxineiro preguiçoso que, terminando de varrer a sala, olha para um lado e para outro e, não sendo observado, joga o lixo para debaixo do tapete", afirmou o senador, ao qualificar de espantoso o fato de o problema da coleta e disposição do lixo no País ser considerado questão menor, não merecedora de atenção das autoridades.

Dutra tem pressa em votar projeto do rito sumário

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), manifestou-se preocupado com a tramitação que terá na Casa o projeto



Dutra

que institui o rito sumário nas desapropriações para reforma agrária, aprovado ontem pela Câmara dos Deputados. Lembrou que dois projetos sobre reforma agrária, também já aprovados pelos deputados, estão praticamente parados no Senado.

O Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo da senadora Emília Fernandes (PTB-RS) que susta a aplicação dos Decretos 1.498 e 1.499/95, destinados a reavaliar a anistia concedida pela Lei 8.878/94 aos servidores públicos despedidos entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992. Conforme a senadora, ao baixar esses dois decretos o governo suspendeu o programa de readmissão, "exorbitando de seu poder regulamentar". O projeto vai à deliberação da Câmara dos Deputados.

Emília argumentou que, ao criar comissões de reavaliação de anistia, para julgar nova-

mente o mérito dos processos de readmissão de servidores, os dois decretos carecem de legalidade, por estabelecerem uma nova instância recursal não prevista em lei. Em sua opinião, o presidente da República também feriu o princípio constitucional que impõe a fiel execução da lei, segundo o qual o regulamento da lei deve restringir-se ao seu texto, não sendo permitido acrescentar nem subtrair direitos, sob pena de ilegalidade e inconstitucionalidade.

O relator da matéria na Co-



Emília Fernandes

missão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), disse que, com essa mudança de enfoque administrativo, o Poder Executivo agiu sem fundamento em lei anterior e

extrapolou suas fronteiras, violando os princípios da "precedência da lei" e da "acessoriedade dos regulamentos". Dutra observou que esses decretos presidenciais, em razão de sua exorbitância, "são passíveis de sustação pela modalidade do relevante controle parlamentar".

Plenário aprova projeto que regulamenta elaboração de leis

O plenário do Senado aprovou ontem em turno suplementar substitutivo a projeto de lei oriundo da Câmara disciplinando a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. O projeto define as técnicas de elaboração legislativa, assim como a estruturação, articulação e alteração das leis. A matéria, aprovada com 55 votos favoráveis e nenhum contrário, retornará ao exame daquela Casa.

Na mesma sessão, o Senado adiou para o próximo dia 28 a deliberação sobre proposta de emenda constitucional destinada a regulamentar a criação de municípios. O líder do PPB, Epitácio Cafeteira (MA), considerou extremamente apressada a forma como essa matéria vem tramitando, visto que o País está às vésperas de um pleito municipal e, em sua opinião, isso pode confundir vários municípios.

Cafeteira propôs que a deliberação do Senado sobre a criação, incorporação e fusão de municípios ficasse para depois de 3 de outubro, a fim de

evitar interpretações errôneas. O senador Francelino Pereira (PFL-MG), no entanto, defendeu a necessidade da votação, dizendo que essa emenda supriria a iniciativa governamental sobre o assunto.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também defendeu a votação, dizendo que, ainda que a emenda constitucional seja aprovada agora, dependerá de uma lei federal. "O que se pretende é acabar com o carnaval que existia antes dessa matéria, com a criação indiscriminada de municípios". Ele explicou que a emenda é altamente moralizadora. Apesar do apelo, a matéria ficou para ser votada em 28 de agosto.

O Senado também aprovou e será enviado à sanção projeto de lei da Câmara que cria cargos na Secretaria do TRT da 24ª Região. Foi também aprovado projeto de decreto legislativo que referenda os textos das Convenções 163, 164, 165 e 166, da OIT.



Júlio Campos

Júlio Campos quer mudanças para cheque sem fundo

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a aprovação do projeto de sua autoria que descaracteriza a emissão de cheques sem fundo como crime de estelionato. Hoje, qualquer pessoa que emitir um cheque sem provisão pode ser processada duas vezes, em ação cível de cobrança e em ação criminal, cuja pena pode chegar a cinco anos de cadeia.

Pelo projeto, o crime de estelionato continuaria existindo, desde que a pessoa tenha usado o cheque sem fundo para aplicar golpes. Para que isso seja caracterizado e o emitente processado, haveria primeiro a necessidade de provar que houve a intenção de golpe.



Em reunião, a CCJ deliberou sobre emenda que trata do financiamento do ensino fundamental

CCJ estende aos *softwares* proteção da Lei de Patentes

O relator da matéria, Lúcio Alcântara, acatou emendas de Jäder Barbalho e Esperidião Amin. Projeto vai agora a plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem projeto que regula a proteção da propriedade intelectual de programas de computadores (*softwares*) e sua comercialização em território brasileiro. O projeto, que vai a votação no plenário, recebeu emendas que estendem aos *softwares* as mesmas regras que regulam a propriedade industrial.

O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), acatou parcialmente emendas apresentadas ao projeto, de iniciativa dos senadores Jäder Barbalho (PMDB-PA) e Esperidião Amin (PPB-SC), que tratam da interpretação do segredo de justiça, elaboradas com base no artigo 206 da recém-sancionada Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Lúcio Alcântara explicou que, dentro dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, a regra deve

ser a publicidade dos atos processuais, como consta da Constituição, devendo o juiz determinar o prosseguimento do processo em segredo de justiça apenas na hipótese de serem reveladas, em juízo,



Iris Rezende e Lúcio Alcântara

informações confidenciais.

Na mesma reunião, a CCJ rejeitou as emendas de plenário números 2 e 3 apresentadas à proposta de emenda constitucional, de iniciativa do presidente da República, que modifica os artigos 34 da Constituição e 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que tratam do financiamento do ensino fundamental.

O relator, senador Lúcio

Alcântara, ao justificar o seu parecer, argumentou ser preciso eleger prioridades de investimentos de modo a que seja possível alcançar metas realistas, ao invés de dispersar recursos na tentativa de resolver todos os problemas de uma vez. A proposta de emenda depende ainda de uma segunda votação em plenário.

Foi aprovado, também, na forma do substitutivo oferecido pelo relator, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), projeto que institui duas co-edições, a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, uma sobre a história constitucional do País e outra sobre os grandes vultos que honraram o Senado. Outro projeto aprovado, alterando dispositivos do Código de Processo Civil, dispõe que as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Solidariedade a Pedro Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem a inclusão, no texto de seu pronunciamento feito na terça-feira (dia 13), de mensagem recebida via fax do Rio Grande do Sul. A mensagem assinada pela sra. Cândida Carvalho, sogra do senador, é a seguinte:

Pedro,

Doloroso ter que tocar em assunto que tamanho sofrimento causou a todos nós. Mas não poderíamos ficar indiferentes diante de tanta indignidade e perversidade com a qual a revista *Veja*, de maneira revanchista, tentou atingir-te.

Receba de toda nossa família esta manifestação de amizade, carinho, e principalmente de testemunho pela maneira compreensiva e companheira que tiveste com nossa

Tânia quando da perda de Mateus. Tamanho sofrimento não pode ser mensurado, mas pode ser amenizado quando dos ombros amigos das pessoas que nos cercam. E nenhum é mais importante do que o do nosso companheiro de todas as horas. Este apoio, nós sabemos, tu não deixaste de dar a nossa filha.

Pedro, te digo isso, pois, infelizmente, passei por momento semelhante ao de minha filha Tânia e sei o quanto se sofre, posto que tal sofrimento jamais passará. Alguns conseguem sobreviver, aos pedaços é bem verdade, outros, porém, sucumbem à dor. Foi o caso de nossa Tânia.

Receba, portanto, nosso carinho e nossa solidariedade em mais um momento difícil dessa caminhada.



Simon

Clínicas podem ser fechadas, diz Jatene

Ministro admite em comissão do Senado dificuldades na fiscalização dos estabelecimentos geriátricos, mas nega que houve omissão do governo no caso da Santa Geneveva

O Ministério da Saúde não cometeu nenhum tipo de omissão quanto ao problema ocorrido na Clínica Santa Geneveva, afirmou ontem o ministro Adib Jatene perante a comissão especial do Senado que analisa os problemas ocorridos em diversos centros geriátricos da cidade do Rio de Janeiro. Ele disse ter adotado medidas "para investigar 15 clínicas, 14 das quais estão sob intervenção e ameaçadas de serem fechadas".

Jatene esclareceu que a fiscalização daqueles estabelecimentos "é atribuição das secretarias estadual e municipal de Saúde, mas isso não foi entendido pela imprensa, pela sociedade e nem pelo Congresso Nacional". O ministro explicou que os auditores federais sempre encontraram dificuldade para exercer uma fiscalização eficaz nos estados, e que o mesmo ocorre com os auditores estaduais ao atuarem nos municípios.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), presidente da comissão, indagou ao ministro se ele tinha conhecimento de que fora convocado pela Justiça do Rio para depor como testemunha de



Jatene explicou a Benedita declarações suas à imprensa

defesa em processo envolvendo um dos sócios da Clínica Santa Geneveva. Adib Jatene afirmou que, "em declaração à imprensa, disse que nesse tipo de hospital é normal morrerem 30 a 40 pacientes por mês", o que, acrescentou, teria levado os advogados da clínica a arrolarem o seu nome como testemunha. O ministro acrescentou, entretanto, que logo em seguida, ao verificar as condições em que os pacientes se encontravam, e constatar a verdadeira situação da clínica, determinou o seu imediato fechamento.

O senador José Alves (PFL-SE), relator da comissão, após observar que o

País tem 16 milhões de miseráveis e 40 milhões que não se alimentam, disse que não temos um planejamento para a saúde e "o grande desafio é saber como sair dessa situação". Já a senadora Emília Fernandes (PTBR) afirmou que o Brasil vive um momento de crescimento social e econômico "e não uma fase de desenvolvimento, porque o governo que não dá atenção aos idosos está desrespeitando os que já deram praticamente toda uma vida pelo País". O ministro reconheceu que "há responsabilidade do poder público, que está sendo reestruturado a nível nacional".

Elcio lamenta falecimento de político capixaba

O senador Elcio Alves (PFL-ES) apresentou ontem, em nome da bancada do Espírito Santo, requerimento de voto de pesar pelo falecimento do deputado Nilton Gomes, da Assembléia Legislativa capixaba.

Ao justificar a proposição, assinada também pelos senadores José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES), Elcio disse que ela representava por inteiro a homenagem de todo o povo do Espírito Santo.

- Nilton Gomes iniciou a vida política comigo na campanha de 1986, elegendo-se pela primeira vez deputado estadual, tendo conseguido a maior votação da história do estado. Reelegeu-se, em seguida, pelo magnífico trabalho que realizou. Agora, no pleno exercício do terceiro mandato, foi acometido de doença muito grave, e não pôde concluir - informou o senador.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, VILSON KLEINÜBING, VALMIR CAMPELO E ROMEU TUMA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heilival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal